



O jornal *UNIDAD INDIGENA*. Representações e discursos do movimento indígena colombiano.

Mauricio Alejandro Diaz Uribe*

O moderno movimento indígena colombiano MIC se construiu em relação com outros setores sociais em um contexto histórico marcado por contradições, negações e exclusão política por parte do Estado, em que a concessão e apropriação da terra foi o ponto de encontro e disputa. Ao mesmo tempo, essa disputa pelo poder e controle territorial resultou numa repressão violenta de forma direta e indireta sustentada na maneira como se representou o indígena: “selvagem”, bárbaro, e posteriormente definidos como menores de idade durante a república e quase todo o século XX. Nesta representação do índio como hierarquicamente inferior e conseqüentemente, um obstáculo para o progresso da nação.

Nesse sentido, o movimento indígena colombiano MIC teve que realizar uma ruptura com estas representações que o definiam na marginalidade da formação da nação colombiana, para assim construir uma identidade étnica como processo histórico e como projeto político no contexto das lutas pela terra e mobilização social na região da América Latina durante a década de 1970. O trabalho por meio de revisão e análise do jornal *Unidad Indígena*, se relatará como foi se desenvolvendo e consolidando esta identidade étnica que teve como ponto de chegada e de transformação sua participação na construção da nação multicultural na década de 1990.

Representações e discursos sobre a questão indígena em Colômbia.

Os modos de representação no pensamento social e político colombiano no início e meados do século XX incluem a questão indígena como um problema para a unificação e o progresso da nação. Problema definido na propriedade da terra e da sua administração, e na condição de "inferioridade" do povo indígena. A ideia de ver o povo indígena como inferior desenvolveu uma série de práticas racistas e discursos que justificavam a dissolução das suas terras comunais, a entrega de sua tutela a missões religiosas e a incorporação na nação colombiana como cidadãos de

* Doutorando em História e Políticas Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo. Bolsista FAPES Vitória/ES.



baixa categoria¹. Na década de 1940, propostas e debates dos principais estudiosos, antropólogos em sua maioria, pertencentes ao movimento indigenista também propôs a integração do indígena no projeto estatal moderno, no entanto, seus estudos e perguntas visibilizaram o problema indígena a partir do estudo e proximidade com as comunidades, enfatizando a cultura e etnicidade como fundamento da diversidade nacional.

O interessante é observar como estas representações foram integradas, negadas, resistidas e até utilizadas e instrumentalizadas pelo posterior movimento indígena colombiano que surgiu na década de 1970. Nesta análise a ideia de identidade étnica como coisa natural ou concedida, ou temporariamente fixa é revisada. Pelo contrário, a luta indígena pela terra e pela sobrevivência mostra uma identidade étnica múltipla e contraditória que se superpõe em diferentes momentos históricos com outras identidades, como a nacional e a de classe. O indígena e seus modos de organização como sujeitos políticos ativos na criação e formação da nação.

Neste sentido, o nascimento do movimento indígena no departamento do Cauca, no sudoeste do país, emergiu no marco das disputas pela terra entre setores rurais do país. Além da implementação de uma reforma agrária que buscava a redistribuição das terras e a melhoria das condições econômicas do campesinato depois da violência generalizada da década de 1950.

Esta situação de violência entre liberais e conservadores encontrou seu ponto mais alto nos territórios rurais. O 13 de junho de 1953 culminou num golpe militar contra o presidente Laureano Gómez por parte do general Gustavo Rojas Pinilla. Com a militarização do governo, se buscou pacificar e instaurar a ordem no país para substituí-lo por um regime de coalizão bipartidário conhecido como Frente Nacional (1958-1974)² Para alguns analistas esta aliança hegemônica de partidos tradicionais se baseou na exclusão de outros setores sociais e políticos no Estado, além de

¹ PINEDA CAMACHO, Roberto. La reivindicación del indio en el pensamiento social colombiano 1850-1950. In: AROCHA Jaime y de FRIEDEMANN Nina S. **Antropología en Colombia. Un siglo de investigación social**. Bogotá: Editorial Etno. 1984. p 201

² VAZQUEZ CARRIZOSA, Alfredo. **Historia crítica del Frente Nacional**. Bogotá: Ediciones Foro Nacional por Colombia, 1992, p. 63-111.

criar um clima de esquecimento e omissão sobre as responsabilidades sociais das elites governamentais no desenvolvimento da época da violência³.

A Frente Nacional realizou algumas tentativas para a modernização do campo colombiano, propondo reformas agrárias e políticas que buscaram fortalecer os pequenos e médios produtores. Porém, essas tentativas foram fracassadas ao não avançar na eliminação da alta concentração da terra e na descentralização dos poderes regionais estabelecidos pelos grandes proprietários em aliança com a Igreja⁴. Entre as décadas de 1960 e 1970 surgiu a mobilização camponesa a favor da reforma agrária e contra os poderes regionais centralizados em grandes propriedades que perpetuavam o latifúndio.

Nesta época surgiram as primeiras guerrilhas insurgentes como o Exército Popular de Libertação (EPL), o Exército de Libertação Nacional (ELN) e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). Algumas são provenientes das primeiras autodefesas camponesas de origem liberal, as “guerrilhas liberais” do início do século XX. Estas guerrilhas armadas foram especialmente perseguidas pelo governo da Frente Nacional, que ao mesmo tempo em que fazia esforços para a modernização do campo colombiano, reprimia e se preocupava com o avanço insurgente na América Latina a partir do triunfo da Revolução Cubana⁵.

Surgimento do moderno movimento indígena colombiano

É nesse contexto que surge o moderno Movimento Indígena Colombiano (MIC) no norte do departamento do Cauca, na região dos Andes colombianos. Lá se formaram os principais líderes indígenas em torno das primeiras organizações indígenas de caráter moderno como sindicatos e

³ AYALA, Cesar Augusto. **Exclusión, Discriminación y Abuso de poder en El Tiempo del Frente Nacional**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2008.

⁴ FAJARDO, Darío. Estudio sobre los orígenes del conflicto social armado, razones de su persistencia y sus efectos más profundos en la sociedad colombiana. In: **Contribución al entendimiento del conflicto armado en Colombia. Comisión Histórica del Conflicto y sus Víctimas**. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2015. p. 1-55.

⁵ MOLANO, Alfredo. Fragmentos de la historia del conflicto armado (1920-2010) In: **Contribución al entendimiento del conflicto armado en Colombia. Comisión Histórica del Conflicto y sus Víctimas**. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2015. p.574



cooperativas a partir das experiências acumuladas das organizações camponesas, levando à criação do Conselho Regional Indígena do Cauca (CRIC) em 1971.

O CRIC, a organização indígena de caráter regional mais forte da Colômbia, centrou suas atividades na recuperação de terras usurpadas por latifundiários do departamento do Cauca e na necessidade de acabar com as relações de servidão que as grandes fazendas caucanas mantinham.

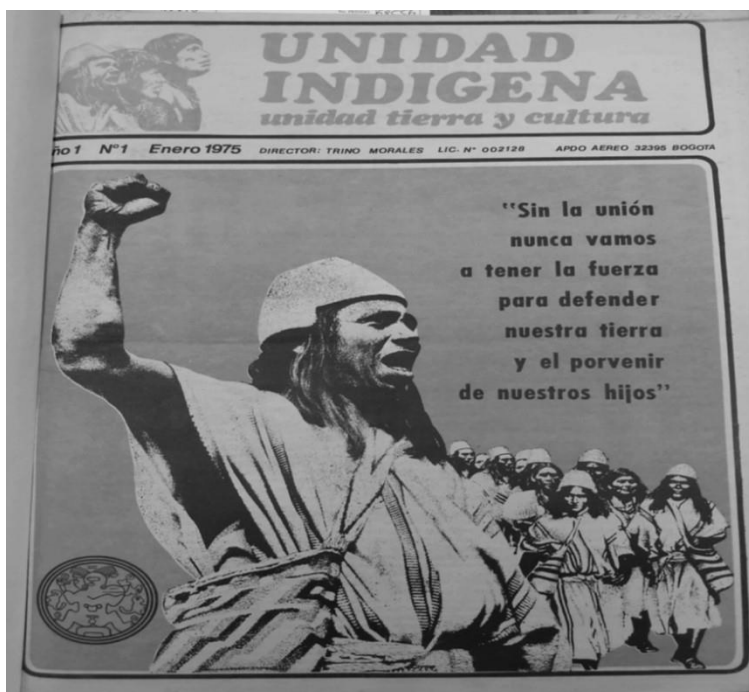
O CRIC se consolidou como a principal organização política de caráter étnico na Colômbia e possibilitou a criação nos anos posteriores de diversas organizações em outras regiões da Colômbia, como o Conselho Regional Indígena de Vaupés (CRIVA), o Conselho e Organização Indígena Arhuaca (COIA) na Serra Nevada de Santa Marta, e o Conselho Regional Indígena de Tolima (CRIT)⁶

A expansão e consolidação a nível nacional e internacional do Movimento Indígena Colombiano (MIC), expresso na criação da Organização Nacional Indígena da Colômbia (ONIC) em 1982. Assim o MIC passou do regional ao nacional e se desenvolveu numa época de repressão sistemática pelo Estado contra as organizações e mobilizações sociais. Sob o governo de Turbay Ayala (1978-1982) se tentou implementar uma legislação que atacava o modelo de organização indígena.⁷

Primeiro número de jornal Unidad Indígena

⁶ MORALES Trino. El movimiento indígena en Colombia. Ponencia para el II Simposio de Barbados. In: **Consejo Regional Indígena del Cauca-CRIC. Diez años de lucha historia y documentos**. Popayán: CINEP. 1981, p. 141.

⁷ CAVIEDES, Mauricio. El surgimiento de la Organización Nacional Indígena de Colombia, ONIC en el período de gobierno de Julio César Turbay (1978-1982). **Colombia Etnias Y Política**, Bogotá, v.4 n.1, p.142-159, jun. /jul. 2007.



Fonte: CRIC. Unidad Indígena. Unidad, tierra y cultura Bogotá, ano 1, n. 1, p. 1, janeiro. 1975.

A repressão no início da década de 1980 por parte do Estado esteve marcada pela execução do “Estatuto da Segurança”, que justificou a luta contra os grupos insurgentes e o crescimento do narcotráfico. Nesse contexto, os líderes indígenas e não-indígenas das organizações e movimentos sociais foram perseguidos, encarcerados e assassinados sob acusação de se associarem com as guerrilhas⁸.

Depois de diferentes mobilizações e ações sociais conjuntas como a realização de congressos nacionais e marchas às principais capitais colombianas e às denúncias internacionais

⁸ Nesse contexto de violência surge no departamento do Cauca o Movimento Armado Quintín Lame, um grupo armado de caráter étnico que se propunha à defesa dos territórios indígenas. Ainda que sua ação foi muito leve, esse movimento supôs uma série de tensões e dissidências no Conselho Regional Indígena do Cauca. ARCHILA NEIRA, Mauricio; GONZÁLEZ PIÑEROS, Nidia Catherine. **Movimiento indígena Caucaño: Historia y política**. Tunja: Editorial Universidad Santo Tomas, 2010, p.58-61.



contra a violação de direitos humanos, o MIC consolidou um discurso e uma organização nacional que se baseou no lema “Unidade, Terra, Cultura e Autonomia”⁹.

Até meados e finais da década de 1980 a ONIC desempenhou o papel de principal interlocutora com o Estado¹⁰. E diante da pressão internacional devido a denúncias de violações contra os direitos humanos por parte do Estado colombiano, a política de governo mudou nos mandatos de Belisario Betancur (1982-1986) e posteriormente de Virgilio Barco (1986-1990).

Entre 1988 e 1990 se conseguiu reiniciar os acordos com as guerrilhas com a entrega de armas por parte de alguns grupos insurgentes como o EPL e M19, que entraram na via política¹¹. Foi gerado um clima de otimismo e abertura democrática com a concepção da Assembleia Nacional Constituinte (ANC). Entretanto, esse otimismo se transformou rapidamente em incerteza pela força da violência política que o país enfrentava.¹²

Finalmente, em 1990 se conseguiu avançar na conformação da ANC para reformular as bases jurídicas e ideológicas da nação, configurando um Estado Social de Direito que se auto reconhecia como multicultural e pluriétnico. A Constituição Política de 1991 significou um ponto de inflexão para a participação política de outros setores sociais incluindo o étnico, o que gerou uma oportunidade histórica para o movimento indígena colombiano¹³.

⁹ MOLINA Hernán, SANCHEZ Ernesto. El primer congreso indígena nacional y creación de la organización nacional indígena de Colombia (ONIC) In: MOLINA Hernán; SANCHEZ Ernesto;(Compiladores). **Documentos para la historia del movimiento indígena colombiano contemporáneo**. Bogotá: Ministerio de Cultura, 2010.p.185.

¹⁰ É importante mencionar que paralelamente surgiram outras organizações indígenas de caráter nacional, como as Autoridades Indígenas da Colômbia (AICO) ou a Organização de Povos Indígenas Amazônicos da Colômbia (OPIAC)

¹¹ PALACIOS, Marco. Legitimidad Elusiva. In: **Entre la legitimidad y la violencia. Colômbia 1875-1994**. Bogotá: Editorial Norma, 2003, p. 273-282.

¹² A realização da ANC surgiu de uma crise política sem precedentes pela morte de vários candidatos à presidência para o período entre 1990-1994. Entre eles Luis Carlos Galán Sarmiento, representante do Partido Liberal e que lutava contra a presença do narcotráfico; o candidato ex-guerrilheiro proveniente do M-19 Carlos Pizarro; e Rafael Pardo Leal, proveniente da União Patriótica (UP), partido de esquerda que nasceu em conversações de paz com as FARC durante o governo de Betancur. Esses assassinatos políticos implicaram na indignidade e pressão por parte dos setores sociais e políticos, gerando um estado de incerteza na sociedade civil, que somente via a necessidade de reformular a constituição colombiana através de uma Assembleia Nacional. PALACIOS, op.cit, p. 273-282.

¹³ O reconhecimento desses direitos étnicos na Constituição de 1991, que para muitos líderes indígenas e analistas representou um auge para o MIC, significou avanços importantes na luta pela sobrevivência física e cultural das populações indígenas.

O jornal *Unidad Indígena*

Unidad Indígena (UI) foi o principal meio de expressão do movimento indígena colombiano a partir de janeiro de 1975, como iniciativa do CRIC. O objetivo de dito jornal era “informar as lutas que se dão no país para defender suas terras, resguardos e reservas, defender seus costumes, idiomas, religião, e defender sus próprias organizações, dignidade e futuro”.¹⁴

A partir de 1983, a edição passa às mãos da ONIC, devido à necessidade de garantir sua cobertura a nível nacional. Desde então, os artigos e a impressão se realizam em Bogotá, onde se levam a cabo as reuniões do comitê executivo da organização e chegavam indígenas de todas as zonas do país com seus informes.¹⁵

A história do jornal *Unidad Indígena* corre em paralelo com as formas e discursos que o MIC vai adquirindo desde a década de 1970, sua expansão e consolidação na década de 1980 e 1990. Ditas formas estão expressas no surgimento e conformação das principais organizações indígenas a nível regional como o CRIVA (1973), COIA (1972), OREWA (1976), CRIT (1981) e, claro, o CRIC em 1971.

Nesse sentido, *Unidad Indígena* se centrou em visibilizar a criação destas organizações indígenas, considerado que são “aquelas que permitem ter laços de comunicação entre as diferentes comunidades”.¹⁶ Mais a importância do jornal radica em com forma a Idea de uma comunidade imaginada¹⁷ que se representava desde a identidade étnica e suas lutas sociais pela participação e reconhecimento de seus direitos em um contexto de exclusão.

O jornal *Unidad Indígena* em 1975, feito por e para os povos indígenas da Colômbia, um dos primeiros e principais jornais indígenas no continente, tornando possível configurar uma

¹⁴ CRIC. *Unidad Indígena*. Bogotá, n. 1, p.2, Enero.1975

¹⁵ GROS Christian Y MORALES Trino. *A mí no me manda nadie! Historia de vida de Trino Morales*. Bogotá: ICANH 2010, p.195.

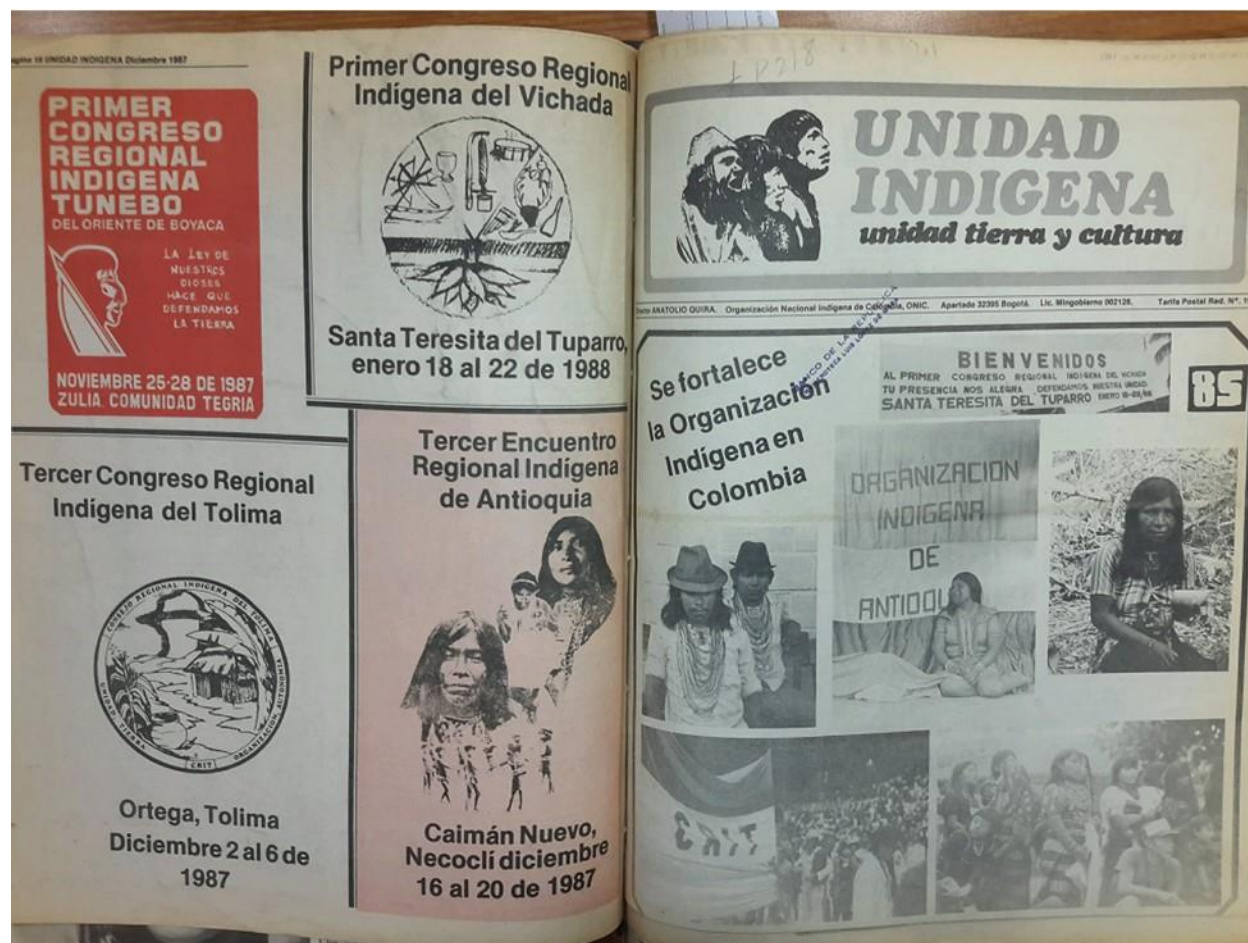
¹⁶ CRIC. *Unidad indígena*. Bogotá, n. 3, p.4, marzo. 1975.

¹⁷ Comunidades imaginadas é um conceito cunhado por Benedict Anderson, um exemplo de comunidade socialmente construída, imaginada por pessoas que percebem a si próprias como parte de um grupo em construção permanente seguem as relação e disputas pelo poder, os jornais são um elemento importante nesta construção. ANDERSON, Benedict R. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das letras, 2008.



identidade étnica e política diferenciada e intercultural. Unidad Indígena tornou-se um espaço independente e um ponto de encontro não somente para as organizações indígenas em Colômbia mas com outras organizações indígenas no continente latino-americano, em um período de repressão estatal. Nos relatórios vistos do jornal são apreciados queixas constantes e alegações de violações dos direitos humanos e territoriais das comunidades étnicas afrodescendentes, indígenas e camponeses pelo Estado colombiano e outros grupos armadas insurgentes e contra insurgentes, mais também informações sobre a mobilização social e política pelo reconhecimento de seus direitos

Expansão do movimento indígena colombiano do regional ao nacional.



Fonte: ONIC. *Unidad Indígena*. Bogotá, n. 85. p 1. 1986.

O jornal possibilito a conformação de uma organização social baseado nas relações Inter étnicas (diferentes e diversas comunidades indígenas) com discursos e denúncias unitárias, principalmente na luta pela terra e autonomia.

Por exemplo, durante o governo de López Michelsen (1974-1978), o jornal privilegia artigos a respeito da conformação do tipo de organização regional e destaca o valor do cabildo como base da organização indígena e das eleições dos principais dirigentes.

Além de centrar-se na eleição de cabildos e criação de organizações regionais, o jornal enfoca sua atenção no CRIC e na onda de repressão violenta contra o movimento indígena caucano, denuncia a morte de vários líderes indígenas e não indígenas pertencentes a organizações camponesas e populares. Apesar desse clima, o jornal ressalta a realização de congressos e encontros do movimento como expressão da “luta junto a outros oprimidos e explorados”.¹⁸

Aparece em cada um dos números do periódico a necessidade de luta e de reconstrução da memória histórica da mesma, ou seja, UI relembra as lutas do passado mas também pontua suas falhas, que basicamente tem a ver com a falta de organização e união indígenas:

Outro elemento importante na linguagem do jornal colombiano foi a referência à luta política em companhia e solidariedade com outros setores populares operários e camponeses, definidos com aliados naturais na luta contra os usurpadores de suas terras.

Em seus primeiros números, UI faz um chamado à mobilização e organização da luta indígena, tomando como ponto de partida os discursos e o modelo da organização indígena Caucana, o CRIC. Os indígenas caucanos afirmam por meio do UI que o CRIC conseguiu nesses cinco anos deter o processo de desintegração e extermínio indígena e que em dito processo os exploradores tiveram que ceder parte de seu domínio e entregar algumas terras. Considerando que se avançou na recuperação dos resguardos, desenvolvimento das formas comunitárias, fortalecimento dos cabildos, recuperação de sua cultural, colaboração com outras lutas, entre outros. Estimam que apesar desse balanço positivo devem continuar lutando e avançando, e para esta luta seus dirigentes devem se preparar politicamente e consolidar e desenvolver suas organizações.¹⁹

Outro elemento importante nos primeiros números do UI, além de denunciar a perseguição contra o movimento indígena caucano, foi a constante memória dos líderes indígenas e não indígenas assassinados nas lutas pela terra que se realizava nos andes colombianos na década de 1970²⁰.

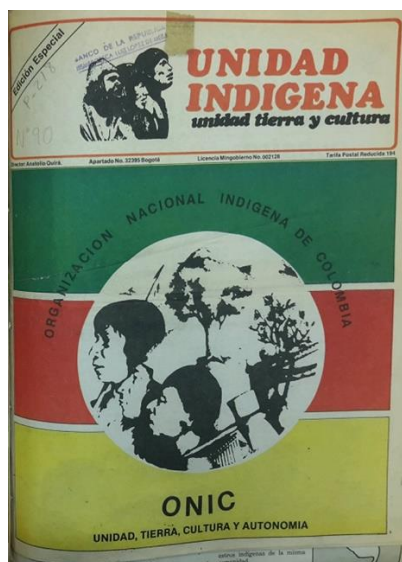
¹⁸ CRIC. **Unidad indígena**. Bogotá, N.6. p 5. Júlio 1975.

¹⁹ CRIC. **Unidad indígena**. n. 11, p. 2 noviembre, 1975.

²⁰ CRIC. **Unidad indígena** n. 12. p. 4 marzo, 1976.

Assim, durante o governo de Julio Cesar Turbay de Ayala (1978-1982), a tendência dos artigos foi ressaltar a criação e proteção dos cabildos, destacando a autonomia dos mesmos em relação à submissão por parte do governo nacional e regional e da igreja. O cabildo é declarado como uma organização política e administrativa que exerce o autogoverno em cada comunidade, serve de executor e defensor da autonomia indígena. Sua ação, segundo UI, é principalmente política, mas também econômica e cultural. Além de impulsionar a recuperação de terras e administrar as que se tem recuperado, devem orientar as cooperativas e tendas comunais, e qualquer outro tipo de programa que a comunidade se proponha. Como órgãos da autonomia indígena, os cabildos merecem pleno respaldo na luta e na etapa de construção de uma sociedade mais justa onde deve conservar sua autoridade. Para que os cabildos estejam ao alcance dessas responsabilidades deve-se prestar muita atenção à preparação, quem vão ser seus dirigentes e elegê-los muito conscientemente.²¹

Símbolo e slogan da Organização Nacional Indígena da Colômbia. UNIDAD, TIERRA, CULTURA Y AUTONOMIA.



Fonte: ONIC. Unidada Indígena. Bogotá, n. 90, p. 1. Edição especial, 1989.

²¹ CRIC. **Unidada indígena**, Bogotá, n 52. p. 5 octubre. 1982.

Outro ponto importante em que o jornal se enfoca é nas funções e atividades da coordenação nacional indígena que estava composta por delegados indígenas das organizações regionais.²² UI relata as viagens, reuniões e atividades da coordenadora em geral para prepara o primeiro congresso indígena em que se cria em 1982 a ONIC. Também se critica o Estatuto Indígena e se denuncia a repressão violenta por parte do exército e da polícia, inclusive das Farc, à mobilização e recuperação de terras. A denúncia sobre o assassinato de líderes segue sendo uma constante²³. As organizações são chamadas a rechaçar o Estatuto Indígena e fortalecer suas organizações e cabildos locais a apresentarem as conclusões do primeiro congresso e as proposições gerais do movimento indígena colombiano²⁴. Também se observam relatos sobre problemáticas de comunidades indígenas no âmbito internacional, principalmente na América Central, com destaque para a Guatemala.

Diante dos congressos e encontros indígenas, diferente de anos anteriores, o UI deixa de se concentrar no CRIC e no Cauca e abre mais espaço para as organizações novas e seus encontros. Nesse aspecto se nota como a ONIC vai se distanciando do movimento indígena andino. O jornal também se centra nos congressos nacionais liderados pela ONIC, ressaltando a necessidade de unidade e organização do movimento indígena.

Finalmente, ao final da década de 1990, *Unidad Indígena* deixa um pouco o protagonismo da comunidade, dos cabildos e da luta por terras e autonomia indígenas em aliança com outros setores. Ainda que mantenha a importâncias de mostrar as conclusões dos congressos, encontros e cursos das organizações a nível regional e nacional e visibilizar as denúncias contra as violações dos direitos humanos por parte de atores armados como a polícia, o exército e a guerrilha, principalmente as Farc.

Em 1989 e 1990, o jornal da ONIC apontou três temas: manifestar-se contra as celebrações do quinto centenário do descobrimento da América, campanha que chamaram de

²²CRIC. **Unidad indígena**. Bogotá, n.54 p.2 febrero de 1982.

²³ CRIC. **Unidad indígena**. Bogotá, n.55 p. 4 marzo de 1982.

²⁴ CRIC. **Unidad indígena**. Bogotá n.59, p. 5 octubre 1982.

autodescobrimento; mostrar a preparação do terceiro congresso indígena nacional; e contar a história da ONIC e das principais organizações regionais criadas.

Nas edições de 1990, sem dúvidas, o tema foi a participação na Assembleia Nacional Constituinte. Logo, o UI declara o fim de uma etapa de sua história em razão de um novo projeto político do MIC.

Agora os temas sobre cultura, educação e saúde parecem ser os eixos temáticos do UI, ainda assim continuavam algumas seções sobre os problemas territoriais, mas dessa vez o foco eram os artigos e o cumprimento da constituição de 1991.

MIC e a formação de um Estado multicultural.

O que se pode deduzir através dessas publicações de *Unidad Indígena* na década de 1990 é uma mudança de linguagem. No passado, o jornal se enfocou na comunidade e na restauração e defesa das instituições tradicionais como o cabildo e o resguardo, o seja a luta pela terra e autonomia. Assim as organizações regionais apareceram com frequência, assim como as comunidades indígenas do país. Nessa nova etapa finais do século XX, a ênfase do movimento através de seu principal jornal era a lei constitucional e seu cumprimento por parte do Estado, além da participação eleitoral nos cenários do mesmo: Nesse clima fervoroso pela constituição de 1991, o jornal UI começa a se referir à luta indígena em outros termos. A participação no Estado e as reformas constitucionais fossem o tema principal.

O jornal faz uma breve história de como surge a ONIC e seu programa, além de relatar a história, localização e problemáticas das organizações regionais que faziam parte da organização. Apresenta um mapa onde se localizam. Na metade coloca imagens de seus candidatos indígenas ao Senado, apresentando-os e informando o início de suas campanhas. Finalmente, a edição termina com a descrição dos direitos étnicos recompilados na Constituição de 1991. Com o cabeçalho destacado de “Cumprimos” no centro da página, UI assinala com esses direitos surgiram no terceiro congresso nacional indígena e convida a seguir lutando pelo cumprimento desses direitos:

Essa edição do UI particularmente mostra a importância da participação do MIC na ANC, configurando uma mudança, um antes e um depois registrado claramente desde seu jornal mais



representativo. A referência à luta de classes, à solidariedade de classes, à luta contra a oligarquia, desapareceu da linguagem do UI, e em seu lugar se enfatizou às relações com o Estado e a figura de seus principais representantes.

O jornal *Unidade Indígena* em 1975, feito por e para os povos indígenas da Colômbia, um dos primeiros e principais jornais indígenas no continente, tornando possível configurar uma identidade étnica e política diferenciada e intercultural. *Unidad Indígena* tornou-se um espaço independente e um ponto de encontro não somente para as organizações indígenas em Colômbia mas com outras organizações indígenas no continente latino-americano, em um período de repressão estatal. Nos relatórios vistos do jornal são apreciados queixas constantes e alegações de violações dos direitos humanos e territoriais das comunidades étnicas afrodescendentes, indígenas e camponeses pelo Estado colombiano e outros grupos armados insurgentes e contra insurgentes, mais também informações sobre a mobilização social e política pelo reconhecimento de seus direitos.

Os constituintes indígenas. Lorenzo Muelas na direita, seguido pelo Alfonzo Guzmán y Francisco Rojas Birry abaixo.



Fonte: ONIC. *Unidad indígena*. Bogotá, n. 99. p. 1. 1991.

O jornal da UI passa de informar e descrever a mobilização e organização comunitária como eixos do movimento até uma participação eleitoral e a figura dos representantes indígenas, primeiro na Assembleia Nacional Constituinte e logo no Senado e Câmara de Representantes²⁵Essa mudança significa uma transformação política significativa para as organizações políticas e para o MIC em geral. Para UI, o movimento indígena havia alcançado seu máximo logro na Assembleia Nacional Constituinte, o que obrigaria repensar os novos desafios do MIC nos dilemas do Estado Multicultural.

Bibliografia

²⁵ ONIC. Tenemos constituyentes indígenas. *Unidad indígena*. Bogotá, no. 98 p-2. Mayo, 1991



ANDERSON, Benedict R. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das letras, 2008

ARCHILA NEIRA, Mauricio; GONZÁLEZ PIÑEROS, Nidia Catherine. **Movimiento indígena Caucano: Historia y política**. Tunja: Editorial Universidad Santo Tomas, 2010, p.58-61.

AYALA, Cesar Augusto. **Exclusión, Discriminación y Abuso de poder en El Tiempo del Frente Nacional**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2008.

CAVIEDES, Mauricio. El surgimiento de la Organización Nacional Indígena de Colombia, ONIC en el período de gobierno de Julio César Turbay (1978-1982). **Colombia Etnias Y Política**, Bogotá, v.4 n.1, p.142-159, jun. /jul. 2007.

CRIC. **Unidad indígena**. Bogotá n. 12. p. 4 marzo, 1976

CRIC. **Unidad Indígena**. Bogotá, n. 1, p.2, Enero.1975

CRIC. **Unidad indígena**. Bogotá, n. 3, p.4, marzo. 1975.

FAJARDO, Darío. Estudio sobre los orígenes del conflicto social armado, razones de su persistencia y sus efectos más profundos en la sociedad colombiana. In: **Contribución al entendimiento del conflicto armado en Colombia. Comisión Histórica del Conflicto y sus Víctimas**. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2015.

GROS Christian Y MORALES Trino. **A mí no me manda nadie! Historia de vida de Trino Morales**. Bogotá: ICANH 2010.

MOLANO, Alfredo. Fragmentos de la historia del conflicto armado (1920-2010) In: **Contribución al entendimiento del conflicto armado en Colombia. Comisión Histórica del Conflicto y sus Víctimas**. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2015.

MOLINA Hernán, SANCHEZ Ernesto. El primer congreso indígena nacional y creación de la organización nacional indígena de Colombia (ONIC) In: MOLINA Hernán; SANCHEZ Ernesto;(Compiladores). **Documentos para la historia del movimiento indígena colombiano contemporáneo**. Bogotá: Ministerio de Cultura, 2010.

MORALES Trino. El movimiento indígena en Colombia. Ponencia para el II Simposio de Barbados. In: **Consejo Regional Indígena del Cauca-CRIC. Diez años de lucha historia y documentos**. Popayán: CINEP. 1981.

ONIC. Tenemos constituyentes indígenas. **Unidad indígena**. Bogotá, no. 98 p-2. Mayo, 1991

PALACIOS, Marco. Legitimidad Elusiva. In: **Entre la legitimidad y la violencia. Colombia 1875-1994**. Bogotá: Editorial Norma, 2003.



PINEDA CAMACHO, Roberto. La reivindicación del indio en el pensamiento social colombiano 1850-1950. In: AROCHA Jaime y de FRIEDEMANN Nina S. **Antropología en Colombia. Un siglo de investigación social**. Bogotá: Editorial Etno. 1984.

VAZQUEZ CARRIZOSA, Alfredo. **Historia crítica del Frente Nacional**. Bogotá: Ediciones Foro Nacional por Colombia, 1992.